



RAÍZES DO CONSERVADORISMO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS ELITES EM RIO CLARO-SP

ORIGINS OF CONSERVATISM IN THE PROCESS OF FORMATION OF ELITES IN RIO
CLARO-SP

Monique Kawelly Silva Rezende de Barros¹

Aline de Souza Ribeiro²

Fernanda da Costa Rezende³

Isabela dos Santos⁴

Leandro Di Genova Barberio⁵

Lucas Gabriel Gonçalves de Oliveira⁶

Suzana Geraldo Darahem⁷

Willian Otto Müller de Carvalho⁸

¹ Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro - Contato: monique.kawelly@unesp.br

² Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro – Contato: aline.ribeiro@unesp.br

³ Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro – Contato: fc.rezende@unesp.br

⁴ Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro – Contato: isabela.santos1@unesp.br

⁵ Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro – Contato: leandro.g.barberio@unesp.br

⁶ Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro – Contato: lucas.g.oliveira@unesp.br

⁷ Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro – Contato: suzana.darahem@unesp.br

⁸ Programa de Educação Tutorial - PET - do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro – Contato: willian.otto@unesp.br

RESUMO

O presente artigo visa investigar o intervalo de tempo entre os séculos XIX e XX em São João Batista de Ribeirão Claro, atual município de Rio Claro/SP. Possuindo como propósito apontar possíveis nuances de políticas conservadoras desde o processo de ocupação de terras da cidade até o ano de 1945 através de uma análise histórico-territorial. O estudo foi efetuado a partir de uma revisão bibliográfica de materiais referentes à história da cidade e suas tendências políticas, sociais e econômicas, isto é, buscando compreender como se estimulou o processo desenvolvimento da cidade e em que viés se manteve ao longo dos anos. A análise contribuiu para que se confirmasse uma grande relação entre o ideal conservador e o modo como a cidade de Rio Claro se orientou, mediante a uma série de enlaces que se correspondem no que se refere à história da cidade e seus principais agentes somado à filosofia tradicional argumentada pelo conservadorismo e as práticas integralistas.

Palavras-Chave: Cidade de Rio Claro; História da estrutura agrária paulista; Política municipal; Conservadorismo social e político.

ABSTRACT

This article aims to investigate the time interval between the 19th and 20th centuries in São João Batista de Ribeirão Claro, current city of Rio Claro/SP. Its purpose is to point out possible nuances of conservative policies from the land occupation process of the city until 1945 through a historical-territorial analysis. The study was carried out from a bibliographic review of materials referring to the history of the city and its political, social and economic trends, that is, seeking to understand how the process of development of the city was stimulated and in which bias it has remained over the years. The analysis contributed to confirm a great relationship between the conservative ideal and the way the city of Rio Claro was oriented, through a series of links that correspond with regard to the history of the city and its main agents added to philosophy traditionally argued for conservatism and integralist practices.

Keywords: City of Rio Claro; History of São Paulo's agrarian structure; Municipal policy; Social and political conservatism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o desenvolvimento da pesquisa coletiva anual do Programa de Educação Tutorial (PET) em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus Rio Claro/SP. A temática escolhida pelo grupo no ano de 2020 foi “As implicações socioespaciais da ascensão do

conservadorismo em tempos neoliberais”, em que se buscou compreender os movimentos conservadores e suas reestruturações em determinadas localidades, focando o recorte analítico do estudo no município de Rio Claro/SP. O contexto e a atual conjuntura proporcionaram debates entre os membros do grupo do PET, que a partir desta condição elevaram a problemática da expansão do conservadorismo na sociedade como um ponto de pesquisa relevante para a contribuição, sobretudo no que diz respeito ao tripé universitário: ensino-pesquisa-extensão, na condição de troca com

Havendo como base os debates realizados, surgiram questionamentos a respeito da condição dos movimentos conservadores e sua expansão na sociedade na atual conjuntura. Somado a isso, vale ressaltar que os aspectos históricos e de formação territorial da cidade constituíram a fundamentação para o trabalho, ou seja, possuindo como pressuposto que as cidades do interior do estado de São Paulo, desde o princípio, tiveram como alicerce uma elite detentora de poder, principalmente em relação à posse de terras. Esse fato conduziu ao desenvolvimento analítico da pesquisa, uma vez que foram elaborados levantamentos históricos dos processos de formação social e espacial da cidade de Rio Claro/SP, com o intuito de compreender a formação dialética material dos movimentos conservadores em sua gênese.

O estudo trouxe à tona as consequências históricas da formação territorial do município de Rio Claro/SP, realizando um recorte temporal de meados do século XVIII até a metade do século XX. Haja vista que, tais movimentos demonstram a essência do conservadorismo, além de refletir, a posteriori, na implantação de um Estado Conservador.

Isto posto, trata-se no artigo os desdobramentos ocasionados pelo movimento conservador em diversos âmbitos: social, cultural, político, territorial e econômico. As correlações entre essas categorias e o dinamismo social na base histórica de formação territorial do município de Rio Claro/SP, apresentam como esses aspectos refletem na construção de núcleos de conservadorismo no corpo social.

Diante dos fatos apresentados, o estudo buscou concretizar e caracterizar através de levantamentos bibliográficos, os diferentes processos de constituição e estruturação socioespacial do movimento conservador em Rio Claro. Dessa forma, o artigo propõe uma periodização entre meados do século XVIII até 1945, apresentando uma atmosfera reflexiva do temário atrelada a acontecimentos da conjuntura hodierna.

A ELITE RURALISTA, SISTEMA ESCRAVOCRATA E IMIGRAÇÃO EUROPEIA

A cidade de Rio Claro, anteriormente denominada São João Batista do Ribeirão Claro, assim como outras cidades do interior da Província de São Paulo, possui sua gênese e formação atreladas ao ciclo do ouro em meados do século XVIII, e a posteriori, ligadas ao ciclo do café. Por sua vez, a ocupação do município de Rio Claro foi favorecida com a descoberta de ouro no Mato Grosso (SANTOS, 2015). Em primeiro lugar, a ocupação se deu por negociantes que supriam as necessidades dos viajantes, e logo depois vieram os sesmeiros e o processo de ocupação de terras (SANTOS, 2000).

Nos anos de 1830, por meio de um Decreto Imperial, a então São João Batista do Ribeirão Claro passa à condição de freguesia, não obstante instaurada em 1832 como uma sociedade liberal, com a finalidade de concretizar obras defendendo a “Sociedade do Bem Comum”, além do poder de tomada de decisões políticas. Dentre tantos nomes importantes, vale salientar Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que “muito mais do que um astuto político, era empreendedor que gozava de amplo prestígio e tinha trânsito no interior das elites políticas e econômicas. Estava próximo das classes dirigentes provincial e imperial.” (SANTOS, 2015, p. 252).

Desde então, podemos inferir que, tal corpo social já carregava consigo nuances conservadoras, uma vez que – de acordo com Santos (2000, p.15, apud Ferraz, 1922, p. 20-21) – a construção da Igreja Matriz visava a “difusão dos bons costumes e a educação da mocidade”. Somado a isso, o grupo também implantou o sistema de ordenação urbana baseado na ortogonalidade das quadras.

A partir de 1837 o chamado Regresso Conservador chega ao poder, paralelamente à renúncia de Diogo Antônio Feijó. O Partido Regressista era uma corrente conservadora que adotava a centralização do poder (MOREL, 2003), consequentemente a Sociedade do Bem Comum perdeu forças e extinguiu-se no ano de 1839.

Tendo em vista o processo de ocupação das terras de São João Batista do Ribeirão Claro e as já identificadas nuances conservadoras iniciais da região, uma outra característica que marca a história e intensifica essas nuances políticas da época, foi o aumento da produção cafeeira nas grandes lavouras, o qual coincidiu com o aumento do número de escravos no território (SANTOS, 2015, p.114). As práticas escravistas perduraram durante muitos anos em São João do Rio Claro, sendo a principal fonte de

lucro, até então o número de escravos tendia ao aumento, visto que a estrutura econômica vigente se dava por meio do trabalho nas lavouras. Mesmo com as políticas do fim do tráfico negreiro (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871), a elite rioclarense (que se afirmava civilizada), se fundou por muito tempo na acumulação de um capital ruralista e escravista.

A “cidade fronteira”, como a cidade de Rio Claro era chamada antes da chegada dos trilhos, foi se desenvolvendo a partir deste cenário em que os escravos negros eram responsáveis pela produção do café nas lavouras, este transportado para a Província de São Paulo e posteriormente, para o Porto de Santos. O transporte era realizado por meio de “mulas” – próprios escravos como carregadores – que percorriam longas estradas de terra e recebiam tratamentos desumanos, a fim de que os interesses da elite vigente fossem supridos, além de diversos castigos que eram impostos a eles durante o trabalho nas fazendas.

Até em 1880 existia um crescimento de escravos na região, no qual 76% eram destinados aos trabalhos nas lavouras proibindo-os de circularem na região urbana da cidade, no qual era fundada no Código de Posturas, que por sua vez normalizava os bons hábitos e costumes da área urbana da cidade através de um parâmetro inspirado na alta elite da Europa e na igreja (SANTOS, 2000).

As contradições neste período em que a cidade se situava eram nítidas, a área urbana era prevalentemente branca, espelhado no avanço e no civilizado, por outro lado a área rural era majoritariamente preta, na qual era esquecida e encoberta, concluindo-se que tais princípios de civilidade não chegam a toda população (SANTOS, 2000). À medida em que novas leis foram surgindo perante as práticas escravistas adotadas pelos fazendeiros negociantes da cidade, os direitos iam sendo conquistados, aos poucos, pela população escrava, desta forma, os movimentos abolicionistas se mostravam gradativamente ativos. Entretanto, a luta era insuficiente quando comparada ao poder majoritário e conservador da elite ruralista, pois a situação do escravo negro permaneceu injusta até mesmo após a abolição da escravatura – o que será discutido mais à frente. Somente a partir da chegada dos imigrantes europeus na região, a produção nas lavouras se distribuiu entre os trabalhadores, e o peso das atividades se desconcentrou, obviamente, havendo grandes desigualdades no que se refere às condições de trabalho entre imigrantes e escravos. As condições extremamente injustas, faziam com que os escravos não possuíssem uma expectativa de vida alta em São João Batista de Ribeirão Claro.

A imigração europeia, principalmente de italianos, forneceria, desde meados dos anos oitenta, grandes contingentes populacionais como fonte de mão de obra para a economia cafeeira, diante da insuficiência do trabalho escravo, que sobreviveu até 1888. (SANTOS, 2015, p. 124).

Dessa forma, iniciou-se o processo de inserção de imigrantes na região, o que contribuiu para influências na economia e na política social da cidade. O principal interesse pela entrada de imigrantes na região do interior de São Paulo, se dava ao fato do município de Rio Claro ser afastado das áreas litorâneas e devido à sua produção de café altamente lucrativa. Um outro fato que motivou a chegada dos imigrantes foi a procura do conforto por estarem próximos de seus conterrâneos, pois com o trabalho assalariado houve a aglomeração do imigrante na região. Essa ideia foi bastante atrativa para os estrangeiros, dado que buscavam lugares em que pudessem expressar suas tradições. Com o “boom” de imigrantes no Brasil, principalmente em São Paulo, entendeu-se que seriam enviados para o trabalho em lavouras de café.

Considerando que a cidade passou por vários momentos marcados pela intensa imigração, a primeira leva de imigrantes na cidade foi por volta de 1853, sendo a maioria provenientes da Suíça, Áustria e Alemanha. Posteriormente, imigrantes como portugueses e italianos chegaram em solo rio-clarense. Os imigrantes italianos mais à frente contribuirão muito para o setor comercial da cidade, tendo em vista a insatisfação da experiência nas lavouras de café. Também é de extrema importância ressaltar o tamanho da contribuição dos alemães no que tange às relações sociais e religiosas da cidade, inserindo costumes e hábitos vividos em seu país de origem. Juntamente com o trabalho imigrante, a partir de 1880, teorias do pensamento até então pouco conhecidas no cenário intelectual brasileiro vieram à tona: positivismo, darwinismo social e o evolucionismo. A vinda deles ao Brasil não cortava relações com a Europa, uma vez que ao chegarem tinham como objetivo dar continuidade aos valores culturais e crenças que já eram de seu costume. É uma ideia que afirma o fato de que a mudança de cidadania, não implicava, evidentemente, um divórcio em relação ao velho país (SANTOS, 2000, p. 37).

A partir desse cenário, observa-se que o crescimento de imigrantes assegurou a manutenção da vida dos alemães na cidade, incluindo suas tradições e pensamentos nas relações entre os indivíduos da cidade. Esse fenômeno foi se expandindo e tendo grande importância para o processo de urbanização do município - mais a frente será

abordado com mais detalhes - e para a formação básica dos indivíduos na sociedade, sendo estes representados a partir do vínculo com a família, igreja e escola.

É importante salientar, apesar de essas circunstâncias envolvendo as fortes influências estrangeiras na cidade de Rio Claro no que se refere a criação de inúmeras instituições urbanas – demarcação de território – a fim de espalhar a imagem de civilização através de hábitos voltados à elite europeia, que a economia ainda se baseava em práticas escravistas, conservadoras e ultrapassadas.

Observando São João do Rio Claro a partir, principalmente, das três últimas décadas do século XIX, particularmente as décadas de 1870 e 1880, percebe-se uma cidade multifacetada, onde concomitantemente ao processo de modernização de alguns setores da economia local, outros setores continuavam a operar com precariedade e rusticidade, afirmando o que alguns economistas e sociólogos chamaram de dualismo econômico no desenvolvimento do Brasil. São João do Rio Claro, certamente, não fugiu a essa regra (SANTOS, 2015, p.136).

Dessa forma, a expansão cafeeira no Oeste Paulista atrelada ao maçante movimento migratório, favorecidos pela esfera econômica internacional, são os pressupostos que marcaram o início do processo de urbanização rio-clarense. No primeiro momento, as ações eram estritamente originárias de fazendeiros-negociantes que haviam se estabelecido na região e que passaram a se beneficiar das oportunidades trazidas pelo processo de Independência e pela inserção do país nos fluxos internacionais de comércio como fornecedor de produtos tropicais.

Além disso, com o intuito de dinamizar o fluxo de mercadorias, o tráfego de pessoas, e sobretudo, a circulação de informações, o modal ferroviário foi o escolhido e implementado na cidade – processo que fomentou o processo de urbanização e industrialização de São João Batista de Ribeirão Claro. Vale ressaltar, ainda, que vinculado à fundação das linhas férreas, os núcleos urbanos também se ampliaram expressivamente.

Embora a ferrovia tenha trazido muitos benefícios em primeiro plano, a posteriori, com a expansão da produção em outras cidades, Rio Claro perdeu privilégios e deteve-se de uma economia estagnada, uma vez que o preço do café caiu demasiadamente.

Isto posto, podemos inferir que Rio Claro é uma cidade com um processo típico de urbanização ligada ao café e que desenvolveu-se graças à exploração dos menos abastados pelos mais abastados economicamente, isto é, detentores de poder que

compunham toda a esfera política, e que desencadeou forte conservadorismo, observado até hoje na cidade.

Outrossim, no que tange à esfera migratória, é de se referir que a imigração ocorrida na década de 1870 deslocou muitos europeus para o Brasil de forma contínua e teve como consequência a proibição temporária da vinda dessa população ao estado de São Paulo, por conta do tratamento dos fazendeiros com os imigrantes, que se assemelhava muito à escravidão. Diferente da década de 1880, quando novamente um movimento imigratório ao Brasil se intensificou, principalmente a São Paulo, tendo em vista que, o Estado financiava essa vinda através de impostos cobrados aos fazendeiros que ainda utilizavam da mão-de-obra escrava. Para receber esse auxílio, o imigrante precisava ser agricultor e trazer sua família. Dessa forma, o governo faria a substituição da mão-de-obra do sistema escravocrata ao mercado livre. Os imigrantes passam a ir, então, mais para o setor comercial e abandonam as lavouras.

A partir da década de 1880, os imigrantes, que começavam a chegar em grande quantidade, já vinham sendo favorecidos por contratos que, parcialmente – e aparentemente – os beneficiavam. É importante salientar, que em muitas fazendas os ex-escravos foram perdendo espaço no mercado de trabalho em São João do Rio Claro, em razão do aparente privilégio que tiveram os trabalhadores europeus, uma vez que a elite brasileira se achava imbuída do projeto de branqueamento do povo e de modernização do país, pela construção de uma “nação branca” (SANTOS, 2015, p.134). Tendo em vista as circunstâncias pelas quais Rio Claro se deparava em meados do anos de 1880, isto é, a chegada da urbanização por meio das linhas férreas e, conseqüentemente, os processos de formação do mercado de trabalho - representado em sua maioria por imigrantes - a questão abolicionista aos poucos se sobressaía às discussões da época.

Assim como o Brasil foi marcado por uma linha mais conservadora em sua história e decisões políticas, a cidade de São João Batista de Ribeirão Claro não se mostrou diferente em relação às questões voltadas ao trabalho escravo. Estava claro que a intenção da elite política no Brasil oitocentista era fazer uma reforma no regime de trabalho, o que iria modificar profundamente as estruturas da sociedade brasileira no século XIX (SANTOS, 2015, p.203). Devido a pressões estrangeiras em relação à economia escravista a elite brasileira adotou o gradualismo como política principal, a fim de prolongar ao máximo a escravidão no país.

É importante salientar que quando se trata da abolição da escravatura num âmbito nacional vale analisar não só o caráter legal do processo e seu encaminhamento político no Parlamento Brasileiro, mas também considerar as tantas leis que se fizeram presentes e antecederam a Lei de 13 de maio de 1888. As leis abolicionistas que foram sendo criadas, em sua maioria, correspondiam aos interesses políticos do poder hegemônico vigente - validando a política do gradualismo - nunca em prol verdadeiramente dos escravos e em busca de justiça racial. A partir disso, no que tange ao processo de abolição da escravidão no Brasil, é de grande significado apontar que este se deu devido à participação ativa dos escravos (SANTOS, 2015).

A historiografia local enaltece que Rio Claro foi “a primeira cidade a libertar seus escravos”, entretanto esta alternativa não tem fundamento, visto que até o final do escravismo ainda detinham escravos trabalhando ao lado de trabalhadores livres. Trata-se de observar que “os indivíduos pertencentes a grupos sociais não hegemônicos não tinham suas funções bem determinadas dentro da sociedade brasileira oitocentista, tipicamente agrária e escravista” (SANTOS, 2015, p.135).

Na medida em que Rio Claro foram crescendo, os âmbitos social, econômico e cultural foram evoluindo, mas também o âmbito político acompanhou tais mudanças. Os aspectos culturais eram de suma importância nas cidades que configuraram a rede de cidades do interior de São Paulo. Na São João Batista do Ribeirão Claro, não era diferente, acontecimentos como: a reinauguração do Teatro São João e as festividades que ocorriam na época, eram relevantes, visto que carregavam consigo fatos políticos, os quais representavam a pretensão de levar a cidade à modernidade. Esta alcançada por meio de empreendimentos, tais como: praças e bulevares. (SANTOS, 2000)

Em 1889, a República foi instaurada em território nacional, e com isso a Câmara Municipal de São João Batista do Ribeirão Claro enviou respaldo à capital paulista, e de imediato, promoveu uma reorganização de um novo Diretório Político do Partido Republicano, com a finalidade que ligavam-se ao novo regime que emergia.

Já em 1891, ocorreu a primeira eleição indireta presidencial no Brasil, elegendo Deodoro da Fonseca como presidente. Dessa forma, em São João Batista do Ribeirão Claro, a oposição do governo vigente organizou uma movimentação para o restabelecimento dos interesses dos cafeicultores, o PRP (Partido Republicano Paulista) organizou a contra-revolução que se estendeu para outras cidades, como Campinas e Piracicaba. No final do ano, no dia 13 de dezembro, Floriano Peixoto e Custódio de Mello dão o golpe em Deodoro, ameaçando bombardear a cidade do Rio

de Janeiro. Este episódio foi rememorado na cidade de São João Batista do Ribeirão Claro por meio da elevação de um obelisco na Praça da Liberdade.

Alguns anos se passaram, e em 1895 surge o Partido chamado União Municipal com pauta divergente ao Partido Republicano Rioclarense, mas não durou muito e teve o seu fim em 1898. Depois surgiu, novamente em oposição ao PRH, o Partido Republicano Histórico. Sendo assim, estavam colocados os grupos que debaterão ao longo dos próximos anos em diversas lutas políticas na cidade, ora com Marcello Schimdt, do Partido Republicano Histórico (PRH) no poder, ora com Joaquim Salles, do Partido Republicano Paulista (PRP) (SANTOS, 2000).

INÍCIO DO SÉCULO XX: ASCENSÃO DA URBANIZAÇÃO E RELEVÂNCIA FERROVIÁRIA ENTRE 1900 E 1915

No final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, há o predomínio da hegemonia da Oligarquia do Café, assim como, em esfera política a hegemonia do Partido Republicano Paulista, o qual possuía força política no estado e no país.

No âmbito político, o domínio das oligarquias perdurou de 1900 até o ano de 1945, apresentando como característica fundamental a perpetuação dos interesses das elites locais e a ocupação de cargos públicos através de laços de parentescos. A partir de 1904, o Grupo Rural sai do cenário político, marcado pelo desprestígio em decorrência de adversidades de âmbito político e pessoal, corroborado para que o declínio da oligarquia Salles ocorresse de forma rápida de 1901 a 1904, assim como foi sua subida ao poder. O resultado de sua saída do cenário político viabilizou a ascensão política do Coronel Schmidt, o qual se aliou aos interesses oligárquicos pela união estável, já que vinha de uma família de classe média do Rio de Janeiro, marcando o cenário político de XIX até 1904 pela ascensão e declínio das elites tradicionais de Rio Claro.

A hegemonia da Oligarquia Cafeeira, iniciou o ciclo da cafeicultura na cidade de São João Batista do Ribeirão Claro na década de 1840 e o ponto alto da produção ocorreu em 1901, perdurando até o ano de 1920 com seu declínio, acentuando a substituição das plantações de café pelo plantio de milho, fumo e algodão. O desenvolvimento cafeeiro na cidade, atraiu mão de obra livre, recebendo grandes quantidades de imigrantes, dentre eles italianos, portugueses, suíços e alemães. No

entanto, até a República a existência da escravidão exercia uma consequência compressora na oferta de trabalho livre, ou seja, os libertos não possuíam plena liberdade de escolha.

Desse modo, uma grande parcela dos imigrantes serviu como trabalhadores nas lavouras e se endividaram aceitando um adiantamento de salário e adquirindo mercadorias nos armazéns das fazendas, dívidas estas que limitam suas mobilidades. Os fazendeiros então proibiam qualquer tipo de organização formal entre os trabalhadores, sendo que, geralmente, o único recurso dos imigrantes era o consulado do seu país, o que resultava numa defesa por parte do Governo Estadual que, procurando evitar conflitos com estes consulados, defendia certos interesses dos trabalhadores.

Ademais, nota-se a dificuldade de regresso do imigrante à sua terra natal, visto que o retorno financeiro adquirido não era superior às remessas (passagens) para a Europa. A dificuldade também perpassa na aquisição de terras em Rio Claro, já que o preço de um lote de terra era muito maior que o salário familiar médio dos colonos. Assim, existiam no município três principais áreas rurais à disposição de compradores com baixo poder aquisitivo: os subúrbios do centro, bairros rurais e núcleos coloniais organizados pelo Estado.

Em decorrência desta situação, nota-se a criação de empresas comerciais e de pequenas indústrias (sendo que muitas destas indústrias eram ligadas aos imigrantes), que tiveram propícias condições de instalação e progresso em função do fim do escravismo e da proclamação da República, fatos que consolidaram o mercado de trabalho, além de viabilizar melhorias na infraestrutura urbana, tais como energia elétrica, saneamento básico e, principalmente, a instalação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, que potencializou o transporte ferroviário na cidade.

Tais elementos atribuíram a Rio Claro uma característica notória no contexto da formação e consolidação do mercado de trabalho e mercado interno, ao permitirem a concentração na cidade de um número considerável de proletários. Essas alterações urbanas no município geraram facilidades nas comunicações e no aprimoramento do mercado interno por meio do desenvolvimento do comércio e da indústria, da expansão da área urbana e do aumento demográfico pela população, em consequência da presença dos imigrantes.

A instalação das redes férreas, através da Cia. Paulista de Estradas de Ferro alterou a paisagem urbana e acentuou um caráter burguês à cidade. Havendo uma

grande transformação no que se refere ao cotidiano da população rioclarense, o tempo passou a ser visto e contado de outra forma e a racionalidade urbana começou a se impor, porém, de maneiras diferentes entre as classes sociais vigentes na cidade. A comunicação social se agilizou a partir de serviços postais diários e dos serviços telegráficos responsáveis pela aceleração do transporte de informações entre cidades, ou seja, o cotidiano urbano das pessoas se dinamizou por completo (DIAS, 1995). Sobre a relação entre as cidades cafeeiras e as estradas de ferro, tem-se que:

No Brasil, a participação dos plantadores de café nas sociedades de estradas de ferro demonstra o poder social conquistado pela burguesia paulista que, decidindo sobre a configuração espacial da rede ferroviária e assim sobre a circulação, comandava de uma forma quase completa o processo produtivo. (DIAS, 1995, p. 142).

Em 1905, surge a Liga Operária dos Trabalhadores da Cia. Paulista em nível nacional, que encadeou em 1906 a Greve dos Trabalhadores, sendo noticiada pelo telégrafo. A greve relaciona-se às condições precárias de trabalho, baixa remuneração e longas jornadas de trabalho. Essa movimentação da classe trabalhadora tomou grandes proporções, uma vez que a ferrovia constituía no único modal de comunicação, interferindo no cotidiano da circulação de mercadorias e pessoas. A greve foi fortemente reprimida pelo poder militar, sobretudo de tropas enviadas pela capital, além de ter sido uma significativa ruptura do poder hegemônico já preestabelecido na cidade

[...] com a deflagração da greve cerca de 80% do café ficou retido nas fazendas ou estações. Em outras palavras, atingindo diretamente o núcleo da economia paulista, obstando a circulação de mercadorias. Mas também outros setores foram atingidos. Para se ter uma idéia da expressão do movimento, a ferrovia se constituía no único veículo de comunicação, portanto, junto com ela também foi interrompida a circulação de mercadorias e passageiros; elevaram-se os preços dos gêneros alimentícios, dos *trollys* e dos animais; letras foram protestadas, pois não circulavam remessas de pagamento, assim como as casas de câmbio não tinham lucro; serviços postais foram paralisados; famílias começaram a fazer provisão de mantimentos; além, é claro, das agitações que passaram a tomar conta das cidades que abrigavam algum tipo de serviço da Paulista (SANTOS, 2006, p. 108-109).

Ressalta-se que antes da greve de 1906, houve uma primeira movimentação do grupo com uma paralisação ao longo de um dia, com o objetivo de reivindicar e protestar contra o aumento das horas de trabalho. Os movimentos e ações do grupo

foram ampliadas através das organizações e a conscientização de classe, caracterizando um movimento de ruptura. Em relação a movimentação dos trabalhadores Santos pontua:

[...] a população da cidade de Rio Claro vivenciou de maneira contundente os reflexos da movimentação gerada pela greve de maio de 1906, com interferência direta nos níveis econômico e sócio-cultural. Desta forma, num primeiro aspecto, o que se pode apreender em toda a movimentação encontra-se nos meandros das "relações de poder" que se manifestaram nesse processo; onde, de um lado, os fazendeiros-negociantes através da Cia. Paulista e do próprio governo do estado esbanjaram força repressora nas ruas da cidade; e, de outro, uma população acrescida de novas personagens, com os imigrantes e seus descendentes demonstrando novos hábitos, novas perspectivas e novas formas de agir, e de se fazerem representados em seus interesses e objetivos. (SANTOS, 2006, p. 114).

Dessas acepções, compreende-se que Rio Claro se forma como centro urbano através do desenvolvimento da economia cafeeira, viabilizando a criação e acumulação de pequenas indústrias e empresas comerciais, tendo a criação de uma classe média urbana bem ampla na cidade (formada de um setor proletariado industrial que se deu através de um processo de urbanização). Nesse contexto, apresentavam-se diferentes tipos de burguesia, sendo elas: a agrária, comercial e industrial.

SURTO INDUSTRIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX E PARTICIPAÇÃO IMIGRANTE NO PERÍODO DE 1915 A 1930

No período conhecido como República Oligárquica (1894-1930), os fazendeiros possuíam grande domínio no poder político, na economia e na sociedade. Composta principalmente por grandes proprietários de terras, a elite oligárquica, através da prática sociopolítica do coronelismo, garantiu a manutenção da estrutura nacional do poder político. Dessa forma, na cidade de Rio Claro, com poderio econômico, a política local perdurou por anos sob domínio dos coronéis, Marcello Schimdt, do Partido Republicano Histórico (PRH), e Joaquim Salles, do Partido Republicano Paulista (PRP).

Com a prática do coronelismo, através do controle de votação, os cargos políticos eram influenciados pelo poder do coronel, que decidia os postos-chaves na administração local, como prefeito, vereadores e delegados do poder central e estadual (BILAC, 1995, p. 80). Para manter a estrutura política, a intenção era criar uma rede

de lealdades a partir de cargos administrativos e subalternos. No entanto, com o avanço social, graças a urbanização e a industrialização, a oligarquia em Rio Claro tendeu ao declínio.

No início do século XX, as características políticas de Rio Claro na Primeira República são de um sistema tradicional de base urbana, comandado pelas elites agrárias. De acordo com Davids (1968, p. 51), o sistema de dominação tradicional passava por uma transição advinda da urbanização e, ainda que o coronelismo fosse predominante, a figura do coronel rural de café foi adaptada a um coronel urbano, assim como seu eleitorado. Vale ressaltar que o processo de urbanização e modernização do interior paulista ocorreu de forma conservadora, pois segundo Gouvêa (2011):

A modernização de Rio Claro pode ser considerada como de caráter conservador, visto que a idéia de modernização conservadora está vinculada a todo um desenvolvimento urbano e um desejo de experimentar os “novos acessórios modernos” (urbanização, ferrovia, entre outros já supracitados), associados, entretanto, as marcas históricas que definem a configuração social brasileira, em especial a costumeira manutenção do poder das elites, que, como em todo o Brasil, também ocorreu em Rio Claro (p. 75-76).

Para o tradicional coronel manter a liderança política na organização institucional republicana junto ao crescente eleitorado urbano independente de seu domínio direto, exigiu-se a adequação aos interesses urbanos e, principalmente, a formação de uma “base eleitoral”. Como dissertado por Davids (1968):

Embora fôsse ainda o voto a descoberto, tornava-se necessária a aproximação do coronel ao eleitorado que, não estando sob sua dependência completa, deveria aceitá-lo como líder e não como patrão ou chefe. Em resumo, tratava-se de conquistar um eleitorado e não mais de mandá-lo executar uma tarefa (p. 52).

Desse modo, ocorrem profundas modificações no comportamento político do coronel rural, surgindo o “coronelismo de cidade” com a ascensão ao poder do Partido Republicano Histórico na eleição de municipal de 30 de novembro de 1904, chefiado pelo Tenente Coronel Marcello Schmidt (DAVIDS, 1968). Essa figura coronelística adaptada era marcada por uma política popular, em que contemplava visitas nas casas de eleitores e propagandas políticas com a utilização da imprensa local como veículo de formação da opinião pública. Ademais, diferente do coronel patriarcal tradicional,

o coronel urbano buscava se aproximar do eleitor, criando relações de voto que representassem a troca de favores entre candidato e eleitor.

A partir das mudanças econômicas ocorridas no Brasil na década de 1920, a hegemonia política e social da burguesia cafeeira enfrentava desafios devido as reformas administrativas e políticas realizadas pelo poder central. Ademais, no final do século XIX, somada a vinda dos imigrantes nas cidades, nos quais visavam a implantação de novas atividades manufatureiras e de serviços, se inicia também o processo de urbanização em Rio Claro. Dessa forma, como relatado por Bilac (1995, p. 174), o município adentra o século XX provido de certas características urbanas modernas em sua infraestrutura, nos serviços públicos e nas iniciativas privadas.

Devido ao processo de urbanização, a cidade se consolidou como um centro de serviços a partir da década de 1920, atendendo as regiões vizinhas através de suas funções urbanas, como os cartórios, o tabelionato, uma escola e alguns armazéns. Sendo observada a ascensão do imigrante na economia a partir de 1904 e, com isso, a formação de uma nova burguesia que atinge a estrutura da política tradicional local dominada pelos proprietários de terras.

[...] ante tais evidências, parece lícito concluir que o imigrante estrangeiro desempenhou papel fundamental na industrialização inicial do município, fosse como investidor de capitais, ainda que reduzidos, fosse como possuidor de iniciativas empresariais, ou ainda como detentor do conhecimento técnico dos processos industriais, trazidos dos países de origem ou aprendido em família. (SAMPAIO, 1987, p. 22).

Esse novo setor social emerge através dos imigrantes, em maioria europeus, devido à grande necessidade em suprir produtos estrangeiros, iniciando suas atividades fabris no final do século XIX e passando a responsáveis pelo desenvolvimento da economia local, por vezes, utilizando seus aspectos culturais para a implantação das indústrias, como é o caso da Cia Cervejaria Rio Claro, administrada por imigrantes alemães, tendo, também, empreendimentos gerenciados por outros imigrantes, como indústrias de transformação de materiais agrícolas e de bens de consumo. Dessa forma, a burguesia industrial, era composta em sua grande maioria por italianos, alemães, espanhóis, portugueses, entre outros imigrantes, contando ainda, a presença de poucos fazendeiros.

O avanço industrial comandado por essa nova burguesia, em paralelo ao declínio da economia cafeeira, acarretou a perda da característica agrícola do

município, passando este a ser reconhecido por suas indústrias e serviços prestados às cidades do entorno. Cabe destacar que entre 1914 e 1918, devido aos acontecimentos da I Guerra Mundial, houve um surto no desenvolvimento fabril de todo estado, fortalecendo toda a burguesia industrial.

Entretanto, embora Rio Claro estivesse em pleno desenvolvimento urbano, econômico e social, através da emergência de novos setores – classe média e burguesia industrial – não havia políticas direcionadas aos seus interesses, sendo subordinados à manutenção do poder público pela elite agrária. Essa, por sua vez, detinha as políticas de apoio e conservava seus privilégios, controlando e limitando o desenvolvimento industrial no município. Dessa forma, em resposta a essa problemática, os imigrantes industriais se unem e estruturam um bloco, visando contestar seus direitos, solicitando a abertura do sistema político, assim, se opondo ao poder oligárquico e à Primeira República. Em detrimento a esses acontecimentos, entre 1920 e 1930, ocorre o realinhamento da política local, ocasionando a mudança no quadro político, passando a possuir uma presença significativa da burguesia imigrante, havendo a ocupação de dezessete desses em cargos de vereador e dois de prefeito. Segundo Bilac (1995):

A década de 20 foi palco de acontecimentos cruciais que abalaram a cena política nacional, provocando cisões, dissidências e realinhamentos no seio das elites, traduzidas na fundação de partidos oposicionistas, em insurreições que contestavam a legitimidade do regime e por movimentos de trabalhadores. Concomitantemente, a industrialização e a urbanização em curso no país engendraram conseqüências políticas importantes, possibilitando a inserção de novos atores no processo político, alterando as relações de dominação nas cidades, demandando redefinições frente às manifestações políticas das massas urbanas. (BILAC, 1995, p.273).

Contudo, apesar de toda mudança estrutural na política e na sociedade rio-clarense, ocasionada pelo avanço industrial, o principal interesse político do país se mantivera centrado na propriedade de terra e na exportação de café. E através da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, que ocasionou a Crise de 1929, inicia-se a Crise Oligárquica em 1930, contribuindo, assim, para o fim da Primeira República, que estivera em crise desde 1920 devido a abertura política.

CONTRADIÇÕES NO PODER E AS ALTERAÇÃO NO QUADRO POLÍTICO RIOCLARENSE NO PERÍODO DE 1930 A 1945

No período posterior ao ano de 1930 a cidade de Rio Claro presencia uma alteração no seu quadro político. O conhecido Coronelismo que estava presente no município desde o período inicial de sua formação territorial e social entrava em declínio (BILAC, 1995). Novas forças iniciam um processo participativo no cenário político municipal e a elite latifundiária da localidade encontra-se, a partir desse período, num entrave entre governança e liderança como detentora do poder de decisão. Uma nova estrutura política substituiu a antiga forma de governo, porém deve-se atentar quais atores estavam a emergir nessa nova condição.

O período da década de 1930 no cenário político nacional destaca-se na tomada do poder por parte de Getúlio Vargas e sua centralização política em relação às novas administrações governamentais. Isso refletiu na cidade de Rio Claro e na condição estabelecida no poder de governança municipal, uma vez que o Partido Republicano Paulista (PRP) perdeu sua força com a Revolução de 1930. Esse ato promove uma diferenciação nos processos políticos rioclarenses. Fora essa situação, ocorreu um processo de urbanização e industrialização do município, que proporcionou uma nova estruturação socioeconômica local (BILAC, 1995). Assim, estabelecendo novas condições de vida e de pensamentos políticos na localidade, haja vista que a cidade de Rio Claro, se destacou no âmbito da política nacional como “berço” do integralismo brasileiro. Desta forma, o Integralismo exerceu uma forte influência no setor da classe média, da elite e do operariado. Diante dessa condição, o movimento operário da cidade de Rio Claro sofreu uma persuasão por parte dos militantes Integralistas e uma figura de renome nessa atuação é Pimentel Jr. Conhecido como um dos condutores da base intelectual do Integralismo, Pimentel Jr. foi atuante na organização de eventos, palestras e divulgava os princípios ideológicos do pensamento em Rio Claro e nas cidades da região. Brusantin (2004) destaca que o movimento Integralista do município de Rio Claro, estabeleceu fortes ligações com o movimento da cidade de São Carlos, construindo uma base partidarista de atuação do pensamento conservador no interior do estado São Paulo e que visava combater as correntes anarquistas e comunistas que buscavam espaço dentro dos sindicatos dos operários.

O movimento Integralista buscou ganhar força dentro dos sindicatos do interior do estado de São Paulo, oferecendo novas oportunidades de lutas. Desse modo,

realizando o trabalho de cooptação e aliciamento de novos membros para o campo ideológico conservador. Assim, a grande maioria das reuniões sindicais do operariado da cidade de Rio Claro da década 1930, conta com a presença dos chamados “camisas verdes” no seu interior propagando sua intervenção ideológica de cunho conservador direitista (BRUSANTIN, 2004). Nota-se a importância do movimento na cidade, uma vez que em uma das reuniões do grupo com os sindicalistas ferroviários houve o comparecimento de Miguel Reale. Sendo um dos principais líderes intelectuais do movimento fascista nacional, ele realizou um discurso no dia em que esteve presente na cidade, a respeito das lutas em que os trabalhadores deveriam travar contra as forças liberais e comunistas, propondo em sua fala um fortalecimento das causas do movimento Integralista junto à classe de trabalhadores. Vale destacar, que essas ondas de movimentação dos Integralistas na cidade contavam com uma grande quantidade de trabalhadores associados ao sindicato dos ferroviários da Cia. Paulista.

Na cidade de Rio Claro e em outras localidades do interior paulista, ocorria a propagação de informações e notícias fascistas com base em jornais de propriedade particular do movimento integralista e nos jornais e periódicos municipais (BRUSANTIN, 2004). A mídia impressa se tornou uma grande forma de propagar o ideal Integralista pelo Brasil, sendo que diante de jornais de sindicatos ou meios populares de informação, ocorria a divulgação dos encontros e do pensamento ideológico que as instituições fascistas perpassavam aos demais populares.

O integralismo detinha poder e forte influência, sendo um dos instrumentos base para o Governo Vargas. Com o Estado Novo instaurado em dezembro de 1937, Vargas impõe o Decreto-Lei nº 37 que extinguiu as agremiações políticas em todo o território nacional, e, conseqüentemente a Aliança Integralista Brasileira (AIB). Segundo Athaides (2012):

Em outubro de 1937, o jornal Monitor Integralista apresentou um balanço numérico do Movimento no Brasil, cujos números nos parecem razoáveis apenas em absoluto, ou seja, indicam que “n” pessoas foram e/ou são filiadas à AIB no Estado até aquela data. Excetuando a Província do Mar, a AIB apresentou o número de 1.128.850 inscritos, divididos em 22 províncias. (p. 18).

Neste momento da história brasileira não se tinha ao certo o número de integralistas no país – estima-se que variava entre 600 mil e 1 milhão em todo território nacional. Segundo Ferreira (2006), a AIB afirmava ter um total de 1.352.000

integrantes em 3,6 mil núcleos no Brasil e exterior, além de outros milhões de simpatizantes e pedidos de filiação antes de ser posta na ilegalidade, em 1938.

No fim de 1937 era instaurado o Estado Novo (1937 - 1945). Getúlio Vargas adquiriu amplos poderes fechando o Congresso Nacional, proibindo a existência de partidos políticos, censurando a imprensa e nomeando interventores para os Estados da federação.

O governo Vargas, em sua política, teve como motor a mudança econômica nacional, proporcionada por uma ampla diversificação da matriz produtiva. Desta forma, o Brasil deixava de ter um produto principal como base, ou seja, foram inseridos setores estratégicos e essenciais para economia, tais como mineração e siderurgia, que até então eram controlados pelo capital privado e estrangeiro, passando assim para o capital nacional e estatal. A partir disso, foram criadas empresas estatais de base, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), possibilitando condições de uma indústria mais complexa e diversificada em território nacional.

Além disso, durante o Estado Novo, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que possuía diferentes seções: propaganda, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa e seus principais objetivos eram a coordenação da propaganda nacional, monitoramento e estímulo de eventos cívicos e patrióticos. Por se tratar de uma ditadura de cunho fascista e nacionalista, a censura era uma das áreas de maior atuação do DIP.

Com o fim do Estado Novo, a AIB se reorganizou no Partido de Representação Popular (PRP), presidido por Plínio Salgado que retorna do exílio ao Brasil em 1945. Ele continua na presidência do partido até 1965 quando, em outubro de 1965, a partir da imposição do Ato Institucional Número 2 pela Ditadura Militar, os partidos políticos são extinguidos novamente.

Em Rio Claro, os desdobramentos dessas alterações de poder são nítidos já que a cidade, conforme Cavalari (1999), havia recebido o título de “Cidade Integralista” – sendo a segunda a receber tal “distinção” durante o período vigente do Integralismo (1932 - 1937). Outro fator que destaca atualmente a cidade é a presença do Arquivo Histórico do Município de Rio Claro (criado como entidade autárquica, através da Lei Municipal nº 1.573, em outubro de 1979). O Arquivo abriga o Acervo Plínio Salgado – doado por sua esposa, Carmela Patti Salgado – que é considerado o maior acervo relacionado ao integralismo, incluindo textos, imagens e objetos pessoais.

Segundo informações do próprio Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, o Acervo Plínio Salgado

(...) é composto por 40.970 correspondência de 1926-1976 (61.194 páginas); mais de 400 livros, particularmente as obras doutrinárias de Plínio Salgado e publicações de autores integralistas; atas produzidas pelos núcleos da Ação Integralista Brasileira e diretórios do Partido de Representação Popular; 6 762 fotos familiares e políticas envolvendo a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular ; 570 exemplares de jornais e revistas, com destaque para A Offensiva (1934-1938), O Aço Verde (1935) e Monitor Integralista (1933-1937), Revista Anauê (1935-1937), Acção (1936-1938); além de objetos pessoais e material de propaganda política como botons, distintivos, medalhas, bandeiras, adesivos, louças etc. (Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro).

Assim, é visível uma presença significativa do Integralismo na história da cidade de Rio Claro, assim como na história do Brasil. O rico acervo documental e histórico, demonstra de maneira significativa a trajetória do maior movimento de cunho fascista em território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição da cidade de Rio Claro refletiu a formação econômico-territorial ocorrida no Brasil, de forma conservadora e excludente, com a ocupação de áreas para produção agrícola comercial. Diante disso, a cidade se desenvolve em torno da agricultura para exportação, recebendo serviços e consolidando o poder local em torno dos proprietários de terras e, assim, formando uma elite tradicionalmente agrária. Com isso, a elite rioclareense se estabelece como centro de poder político, econômico e social sobre o município, traduzido na figura do coronelismo, a fim de conservar e reproduzir os interesses latifundiários.

Com a chegada dos imigrantes europeus em Rio Claro, no final do século XIX, acelera-se o processo de urbanização e industrialização na cidade, expandindo a população na área urbana. Por conta disso, há um movimento crescente no comércio interno que contribui para a formação de uma burguesia industrial, composta sobretudo por imigrantes. O surgimento dessa nova burguesia dispersa no espaço urbano, comporta-se como uma ameaça ao poder local da elite rural. Dessa forma, para preservar o poder tradicional, a elite agrária se une à burguesia industrial, seja por

laços matrimoniais ou de interesses, e com isso concebendo novas forças conservadoras no poder local.

A partir da união das elites agrárias e a burguesia industrial, surge uma nova força política, econômica e que detinha poder no início do século XX. No contexto da industrialização aparecem novos agentes, a classe operária e os sindicatos, sendo esta classe composta por imigrantes ou descendentes de imigrantes, e que estava incumbida de trabalhar nas fábricas que surgiam na época. Como forma de conter a ação política dos sindicatos, surge o movimento de cunho conservador e fascista, o Integralismo. Esse movimento teve como objetivo controlar e manter o domínio sob a classe operária e os sindicatos, se instalando em diversas cidades do país e tendo destaque na cidade de Rio Claro. Cabe destacar que Rio Claro se destacou, também, por ser o segundo a receber o título de Cidade Integralista. Após o golpe do Estado Novo, chega ao fim o Integralismo e subsequentemente, perdendo esta titulação.

Entretanto, é possível questionar se realmente o movimento integralista teve seu fim, pois ao olharmos para a contemporaneidade vem à tona o surgimento de novos grupos, ditos novos integralistas sendo que, muitas vezes, têm sua ação e movimentação promovidas e difundidas através de fóruns na internet. Com a chegada de Jair Messias Bolsonaro à Presidência do Brasil em 2018, aparecem diversas reportagens e matérias jornalísticas relatando a reorganização de grupos integralistas ou (neo)integralistas. O mesmo ocorre com a cidade de Rio Claro, onde surgem movimentos como: “Direita Rio Claro” que promove passeatas pela cidade em apoio ao presidente e o “Movimento Conservador Rio Claro”, sendo oficializado por Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do presidente, em 2019. Ou seja, realmente o integralismo teve fim em 1937 com o Estado Novo? O movimento Direita Rio Claro e a criação do Movimento Conservador Rio Claro remontam à sua história como Cidade Integralista?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

"Afinal, o que é integralismo?". **Revista Fórum**. 26 de dezembro de 2019. Acessado: 06 de janeiro de 2021.

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”. **Acervo Plínio Salgado**. Rio Claro / SP. <<http://aphrioclaro.sp.gov.br/fundo-plinio-salgado/>> Acessado em: 08 de janeiro de 2021.

ATHAIDES, R. As **Paixões pelo Sigma**: Afetividades Políticas e Fascismos. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2012.

BILAC, M. B.B. **As elites políticas de Rio Claro**: Um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista. 1995. 345 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1995.

BILAC, M. B. Sistema político brasileiro: Relações de dominação e distribuição de poder: um estudo de caso (Rio Claro/São Paulo). **Ci. & Tróp.**, Recife, v. 24, n. .Z p 257-289, 1996.

BRUSANTIN, B. M. **Anauê paulista**: um estudo sobre a prática política da primeira cidade integralista do Estado de São Paulo (1932-1943). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2004.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

DAVIDS, N. **Poder local em Rio Claro**: aparência e realidade (1930-1964). Tese (Doutoramento) Rio Claro, UNESP, 1968.

DECRETO-LEI Nº 37, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1937 - **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 4/12/1937, Página 23961. Coleção de Leis do Brasil - 1937, Página 345 Vol. 3.

DIAS, L.C. (1995) Redes: emergência e organização. In **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FERRAZ, J. R. **História do Rio Claro**: a vida, seus costumes e seus homens. São Paulo: Typ. Hennies Innãos, 1922, pp. 20-21.

FERREIRA, M. **O Integralismo na cidade de Matão**: Oswaldo Tagliavini e sua máquina de idéias. Rio de Janeiro, 2006.

GOUVÊA, F. M. **Os imigrantes alemães em Rio Claro**: Estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidades nos séculos XIX e XX. Tese (Mestrado) Franca/SP, UNESP, 2011.

MOREL, M. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMPAIO, S. S. A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao Estudo da Desconcentração Espacial da Indústria no Estado de São Paulo. **Geografia**, p. 1-60. Rio Claro, Ed. Associação de Geografia Teorética, v. 12, n. 24, out/1987.

SANTOS, C. R. **Negociação e Conflito na formação do Mercado de Trabalho em Rio Claro - SP (1841 - 1895)**. São Paulo, 2015.

SANTOS, F. A. **Rio Claro**: uma cidade em transformação. São Paulo: FAPESP, 2002.

SANTOS, F. A. Rio Claro e a greve dos trabalhadores da Cia: Paulista de Estradas de Ferro em 1906. **América Latina en la historia económica**, n. 25, p. 95-117, 2006.